

Portugal

A presente nota nacional apresenta um sumário das principais características do sistema de educação e formação em Portugal, com base nos dados da publicação *Education at a Glance 2025*. Em consonância com o tema deste ano, enfatiza-se o ensino superior, embora também se descrevam outras perspetivas do sistema. Os dados constantes na presente nota referem-se ao último ano disponível. Os leitores interessados nos anos de referência dos dados devem consultar os quadros correspondentes no *Education at a Glance 2025*.

Destaques

- Nas últimas décadas, a proporção de indivíduos que concluíram o ensino superior aumentou em Portugal, tal como na maioria dos países da OCDE, mas no nosso país a proporção de adultos com uma qualificação de nível superior continua a ser inferior à média OCDE. Entre 2019 e 2024, a proporção de pessoas entre os 25 e os 34 anos com uma qualificação de nível superior aumentou de 38% para 43% em Portugal, em comparação com uma variação de 45% para 48% em média nos países da OCDE. Ao contrário da maioria dos países da OCDE, Portugal é um dos poucos países onde o nível de escolaridade mais comum é inferior ao ensino secundário (38% da população adulta não possui uma qualificação de nível secundário, muito acima da média OCDE, de 19%).
- A proporção (%) de alunos do 3.º ciclo do ensino básico matriculados em cursos profissionalizantes¹, em Portugal, diminuiu de 9% para 4%, entre 2013 e 2023, ficando abaixo da média OCDE de 7%. Este decréscimo tem sido atribuído, em grande medida, a cortes severos no financiamento da educação de adultos (que levaram à descontinuação do programa “Novas Oportunidades”, ao encerramento de centros de educação de adultos e a uma redução do número de profissionais de educação e formação de adultos).
- Os retornos do mercado de trabalho podem ajudar a aumentar as taxas de escolaridade do ensino superior. Os trabalhadores com ensino superior em Portugal ganham, em média, 74% mais do que os trabalhadores com habilitações de nível secundário, acima da média OCDE de 34%. A diferença de rendimentos é também maior do que a média OCDE para o grupo etário mais jovem (58% contra 39% em média nos países da OCDE). Os indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados auferem geralmente salários mais altos, enfrentam uma taxa de emprego mais elevada e um menor risco de desemprego. Em Portugal, as taxas de emprego das pessoas com qualificações de nível secundário ou inferior são menores do que para as pessoas com qualificações de nível superior (91%), mas são significativamente superiores à média OCDE (71% em comparação com 60%, em média, para as pessoas sem qualificações de nível secundário; 86% em comparação com 78%, em média, para as pessoas com qualificações de nível secundário ou pós-secundário não superior).
- A despesa por aluno em Portugal [do ensino básico ao ensino superior, incluindo Investigação e Desenvolvimento (I&D)] situa-se a meio do intervalo dos países da OCDE, sendo inferior à média (12.956 USD em comparação com 15.023 USD, média OCDE), mas, em termos relativos, Portugal está entre os países com maior percentagem de despesa por aluno comparativamente ao PIB per capita (29%, superior à média OCDE de 25%).
- A falta de professores no início ou durante o ano letivo é uma preocupação crescente em muitos países. Em Portugal, a percentagem de alunos em escolas cujos diretores comunicaram que o ensino é prejudicado pela falta de pessoal docente aumentou mais de 30 pontos percentuais entre 2018 e 2022, acima da média de 21 pontos percentuais. O envelhecimento do corpo docente pode

¹ N.T.: Cursos de dupla certificação, escolar e profissional.

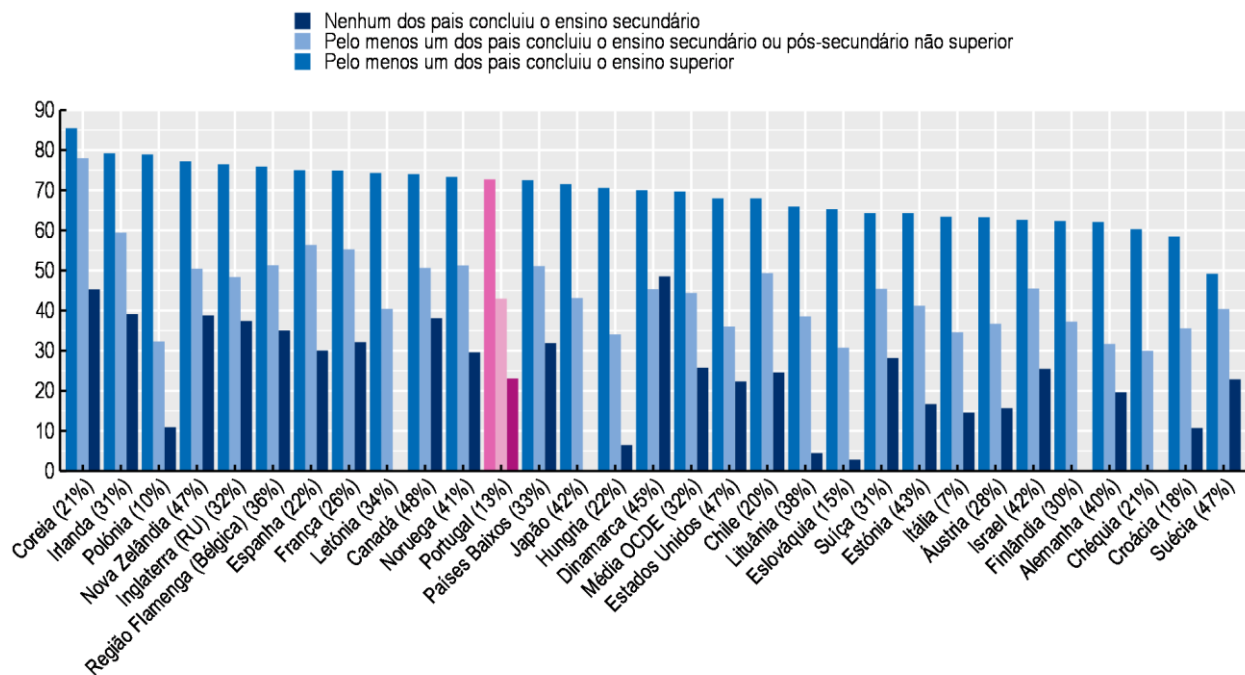
aumentar a necessidade de professores num futuro próximo. Em Portugal, a percentagem de professores com 50 ou mais anos nos ensinos básico e secundário aumentou significativamente entre 2013 e 2023, e ultrapassou 50% em 2023 (em comparação com 38%, em média). Refletindo a pressão sobre o pessoal docente, Portugal registou um aumento da percentagem de professores sem habilitação profissional para a docência, de 1,6 % em 2014/2015 para 6,5 % em 2022/2023.

Os resultados dos estabelecimentos de ensino e o impacto da aprendizagem

- As desigualdades educativas persistem ao longo das gerações. Em todos os países com dados disponíveis, os jovens adultos (25-34 anos de idade) têm uma probabilidade significativamente maior de obter um diploma de ensino superior se os seus pais também o tiverem obtido. Em Portugal, 73% dos jovens, entre os 25 e os 34 anos, com pelo menos um dos pais com um diploma de ensino superior obtiveram também um diploma de ensino superior, em comparação com apenas 23% entre aqueles cujos pais não completaram o ensino secundário. Esta diferença de 50 pontos percentuais na obtenção do ensino superior é maior do que a diferença média OCDE de 44 pontos percentuais (Figura 1).

Figura 1. Proporção (%) de indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos com ensino superior, por nível de escolaridade dos pais (2023)

Inquérito às Competências dos Adultos, em percentagem



Nota: O valor percentual entre parênteses representa a proporção (%) percentagem de pais com formação superior.

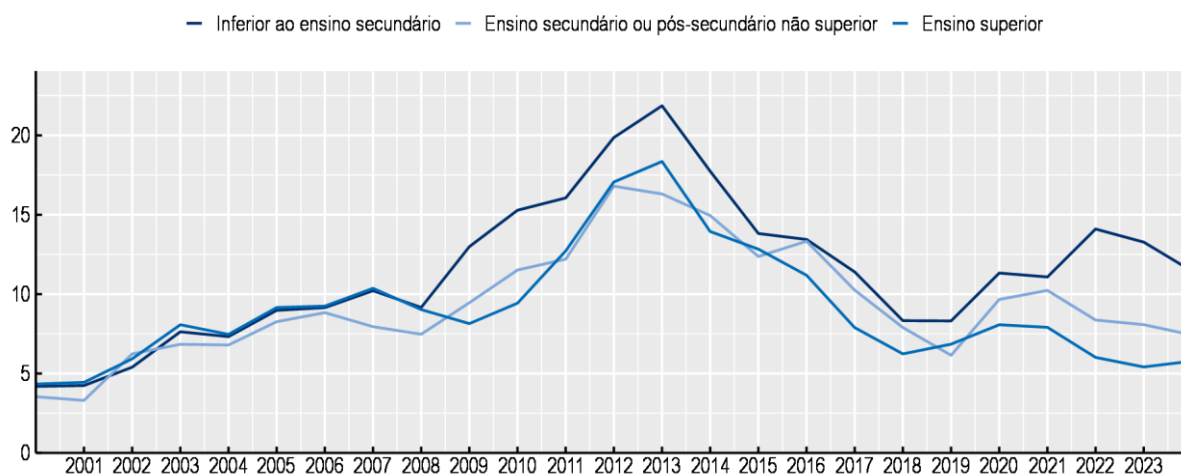
Consultar os dados: ver OECD (2025) *Education at a Glance 2025: OECD Indicators*, <https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en>, Tabela A1.4 (disponível online).

- A proporção (%) de jovens adultos (25-34 anos de idade) sem o ensino secundário continua a diminuir em toda a OCDE, atingindo uma média de 13%. Esta tendência também se mantém em Portugal, onde a percentagem diminuiu de 24% para 16%, entre 2019 e 2024.
- Os indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados enfrentam geralmente um menor risco de desemprego e auferem salários mais elevados. A conclusão do ensino secundário é particularmente importante para reduzir o risco de desemprego. Em média, na OCDE, 12,9% dos jovens adultos economicamente ativos (25-34 anos) sem qualificações de nível secundário estão desempregados, em comparação com 6,9% dos que possuem qualificações de nível secundário ou pós-secundário não superior. Os jovens que adquirem uma qualificação de ensino superior registam uma redução relativamente menor do desemprego, com 4,9% dos jovens adultos com

formação superior desempregados, em média, em toda a OCDE. Este padrão é semelhante em Portugal (embora a um nível inferior): 11,5% dos jovens adultos sem habilitações de nível secundário estão desempregados, em comparação com 7,4% dos que possuem habilitações de nível secundário ou pós-secundário não superior e 5,8% dos que possuem habilitações de nível superior (Figura 2).

Figura 2. Evolução das taxas de desemprego dos jovens entre os 25 e os 34 anos em Portugal, por nível de escolaridade (2000 to 2024)

Em percentagem



Consultar os dados: ver OECD (2025) *Education at a Glance 2025: OECD Indicators*, <https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en>, Tabela A3.5.

- Em média, os indivíduos com um grau de mestre ou equivalente têm taxas de emprego e rendimentos significativamente mais elevados do que os indivíduos com um grau de licenciado ou equivalente. No entanto, a percentagem de jovens adultos (25-34 anos de idade) que obtêm um diploma de mestrado ou equivalente varia muito entre os países da OCDE, oscilando entre 1% e 39%, em 2024. Em Portugal, 17% dos jovens de 25-34 anos possuem um mestrado ou equivalente, o que é semelhante à média OCDE de 16%. Isto representa um pequeno aumento em relação a 2019, em que a percentagem era 16%.
- A diferença salarial média entre indivíduos (25-64 anos de idade) com e sem o ensino secundário completo é relativamente modesta nos países da OCDE. Em média, nos países da OCDE, os trabalhadores sem qualificações do ensino secundário ganhavam, em média, 17% menos do que aqueles que completaram o ensino secundário, enquanto os trabalhadores com ensino superior ganham 54% mais do que aqueles com ensino secundário. Em Portugal, a diferença salarial entre trabalhadores com e sem ensino secundário é semelhante à média OCDE, situando-se nos 16%. A diferença entre aqueles com ensino secundário e ensino superior é maior do que a média OCDE, situando-se nos 74%.
- Na maioria dos países da OCDE, uma parte significativa dos adultos tem baixos níveis de proficiência em literacia, definidos como nível 1 ou inferior (numa escala de 0 a 5) no Inquérito às Competências dos Adultos da OCDE, um produto do Programa da OCDE para a Avaliação Internacional das Competências dos Adultos (PIAAC). Os indivíduos neste nível apenas conseguem compreender textos muito curtos com o mínimo de informação que os distraia. Em Portugal, 46% das pessoas entre os 25 e os 64 anos de idade têm competências de literacia no Nível 1 ou abaixo, o que está acima da média OCDE de 27%.
- O nível de escolaridade e as competências estão estreitamente ligados, embora a força desta relação varie consoante os países. Em Portugal, os adultos com ensino superior obtêm, em média, 36 pontos a mais na competência de literacia do que aqueles com ensino secundário ou pós-secundário não superior no Inquérito às Competências dos Adultos. Esta diferença é maior do que a diferença média OCDE, de 34 pontos.

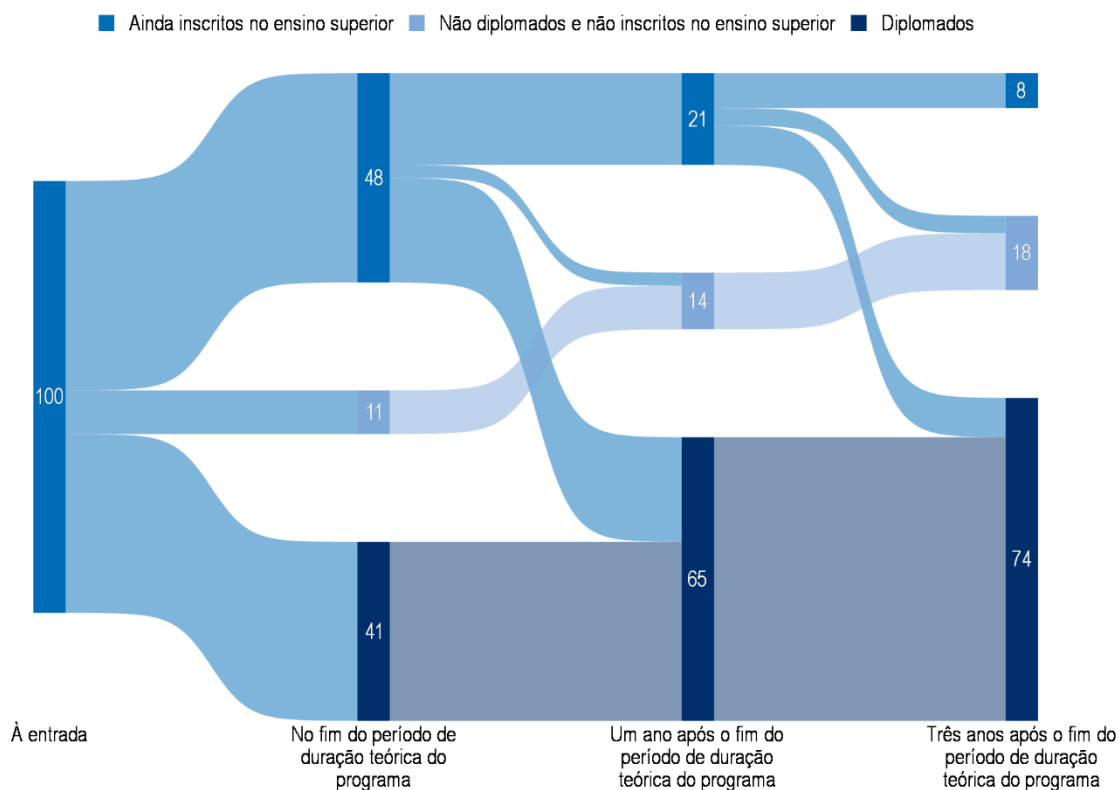
- Em Portugal, tal como em todos os países da OCDE, os adultos com melhores competências de literacia têm maior probabilidade de participar em ações de educação e formação. Em 2023, 80% dos adultos (25-64 anos de idade) com elevada proficiência em literacia (ou seja, no nível 4 ou superior) no Inquérito às Competências dos Adultos participaram em ações de educação e formação formais e/ou não formais no último ano, em comparação com apenas 22% daqueles com proficiência de nível 1 ou inferior.

Acesso à educação, participação e progressão

- Os sistemas educativos devem adaptar-se às mudanças do número de crianças, alargando ou reduzindo a oferta em conformidade. Em muitos países, a população de crianças entre os 0 e os 4 anos mudou significativamente entre 2013 e 2023 e prevê-se que mude ainda mais até 2033. Portugal registou um declínio de 10% no número de crianças dos 0 aos 4 anos e prevê-se que registe um declínio de 2% entre 2023 e 2033.
- A percentagem de alunos no 3.º ciclo do ensino básico que têm, pelo menos, mais dois anos do que a idade esperada para o seu ano de escolaridade varia significativamente entre os países da OCDE, oscilando entre quase zero em alguns países a mais de 10% noutros. Em Portugal, essa percentagem encontra-se a meio da distribuição OCDE, situando-se nos 7%.
- Os programas de licenciatura ou equivalente são o principal ponto de entrada no ensino superior na maioria dos países da OCDE, com uma média de 78% dos novos inscritos no ensino superior a inscreverem-se nesses programas. Em Portugal, a percentagem é ainda mais elevada, com 81%.
- Na maioria dos países da OCDE, as mulheres constituem a maioria dos novos inscritos no ensino superior. Em Portugal, representavam 53% dos novos inscritos no ensino superior em 2023, uma descida em relação aos 55% registados em 2013. Em toda a OCDE, a percentagem média de mulheres entre os novos inscritos é de 54%, valor que se mantém inalterado desde 2013.
- Nos países da OCDE, as duas áreas de educação e formação mais populares são 'Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática' (STEM) e 'Ciências empresariais, administração e direito', cada uma representando 23% dos diplomas de licenciatura ou equivalente. Estas são seguidas de perto pela área ampla de 'Artes e humanidades, ciências sociais, jornalismo e informação', com 22% dos diplomados. Em Portugal, 24% dos estudantes de licenciatura diplomam-se em áreas STEM, 22% em 'Ciências empresariais, administração e direito' e 25% em 'Artes e humanidades, ciências sociais, jornalismo e informação'.
- Em muitos países, é comum os novos inscritos em programas de licenciatura fazerem pelo menos um ano sabático entre a conclusão do ensino secundário e a entrada no ensino superior. Em Portugal, 39% dos novos inscritos fazem-no, um valor que está abaixo da média OCDE, de 44%.
- As taxas de conclusão refletem a percentagem de novos inscritos em programas de licenciatura que obtêm com sucesso um diploma de ensino superior dentro de prazos especificados. Estas taxas permanecem baixas na maioria dos países da OCDE. Em Portugal, 41% dos novos inscritos concluem o seu curso de licenciatura ou equivalente dentro da duração teórica do programa. Esta taxa aumenta para 65% um ano após o prazo previsto de conclusão, e para 74% três anos depois. Em comparação, a taxa de conclusão média OCDE é de 43% dentro da duração teórica, aumentando para 59% um ano depois e para 70% após três anos (Figura 3).

Figura 3: Situação dos novos inscritos nos programas de licenciatura, por período de tempo

Em percentagem



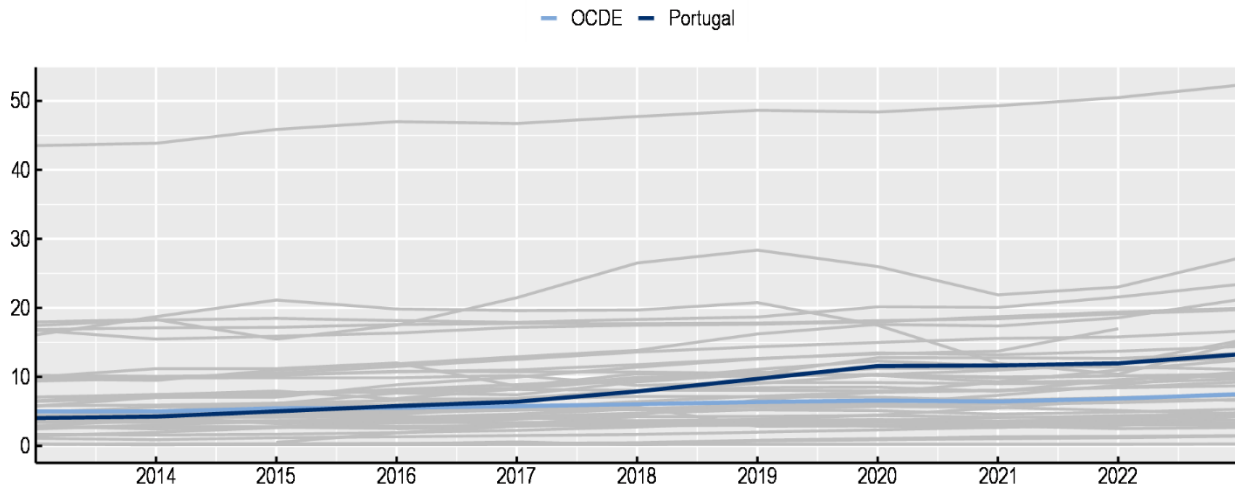
Consultar os dados: ver OECD (2025) *Education at a Glance 2025: OECD Indicators*, <https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en>, Tabela B5.1.

- Em todos os países, as mulheres que iniciam programas de licenciatura (*bachelor's programmes*) têm maior probabilidade do que os homens de concluir com êxito os seus estudos no prazo de três anos após o fim da duração teórica do programa. Em Portugal, a diferença entre os géneros é de 15 pontos percentuais (81% para as mulheres em comparação com 66% para os homens), o que é superior à média OCDE, de 12 pontos percentuais.
- As taxas de conclusão variam consoante a área de educação e formação de estudo. Em média, em todo o espaço OCDE, apenas 58% dos novos inscritos em programas de licenciatura em áreas STEM obtiveram um diploma nesse nível na mesma área três anos após o fim da duração teórica do programa. Na área 'Saúde e proteção social', as taxas de conclusão são significativamente mais elevadas, sendo a média correspondente de 74%. Em Portugal, as taxas de conclusão em STEM são de 61%, inferiores às da 'Saúde e proteção social', que se situam nos 81%.
- Os estudantes que não concluem o ensino superior podem abandoná-lo em várias fases. As elevadas taxas de abandono no primeiro ano podem indicar um desfasamento entre as expectativas dos estudantes e o conteúdo ou as exigências dos seus programas, possivelmente refletindo uma falta de orientação profissional para futuros estudantes ou apoio insuficiente para novos inscritos. Em Portugal, a percentagem de novos inscritos em licenciaturas ou equivalente que abandonam o curso após o primeiro ano é inferior à média OCDE, situando-se em 8% (em comparação com 13%).
- Os dados da taxa de conclusão de 2023 referem-se a estudantes cujo programa estava previsto terminar em 2020, durante a pandemia de COVID-19. Enquanto alguns países registaram aumentos notáveis nas taxas de conclusão durante a pandemia, provavelmente devido a políticas destinadas a facilitar a conclusão dos estudos, outros registaram descidas moderadas. Em Portugal, as taxas de conclusão dos novos inscritos em programas de licenciatura durante a pandemia aumentaram ligeiramente – aproximadamente 4 pontos percentuais – em comparação com três anos antes (passando de 37,9% para 41,4%).

- A mobilidade internacional dos estudantes no ensino superior continua a aumentar em toda a OCDE, com alguns países a registarem um crescimento substancial na percentagem de estudantes internacionais entre 2018 e 2023. Em média, 7,4% de todos os estudantes do ensino superior na OCDE eram estudantes internacionais ou estrangeiros, em comparação com 6% em 2018. Portugal registou um aumento, com a percentagem a subir de 7,9% para 13,3% (Figura 4). Em Portugal, uma grande percentagem dos estudantes em mobilidade internacional provém de África (42%) e da América Latina e Caraíbas (mais de 30%), refletindo laços históricos e culturais enraizados em antigas relações coloniais, bem como a importância da língua de estudo.

Figura 4. Evolução da percentagem de estudantes internacionais ou estrangeiros no ensino superior

Em percentagem



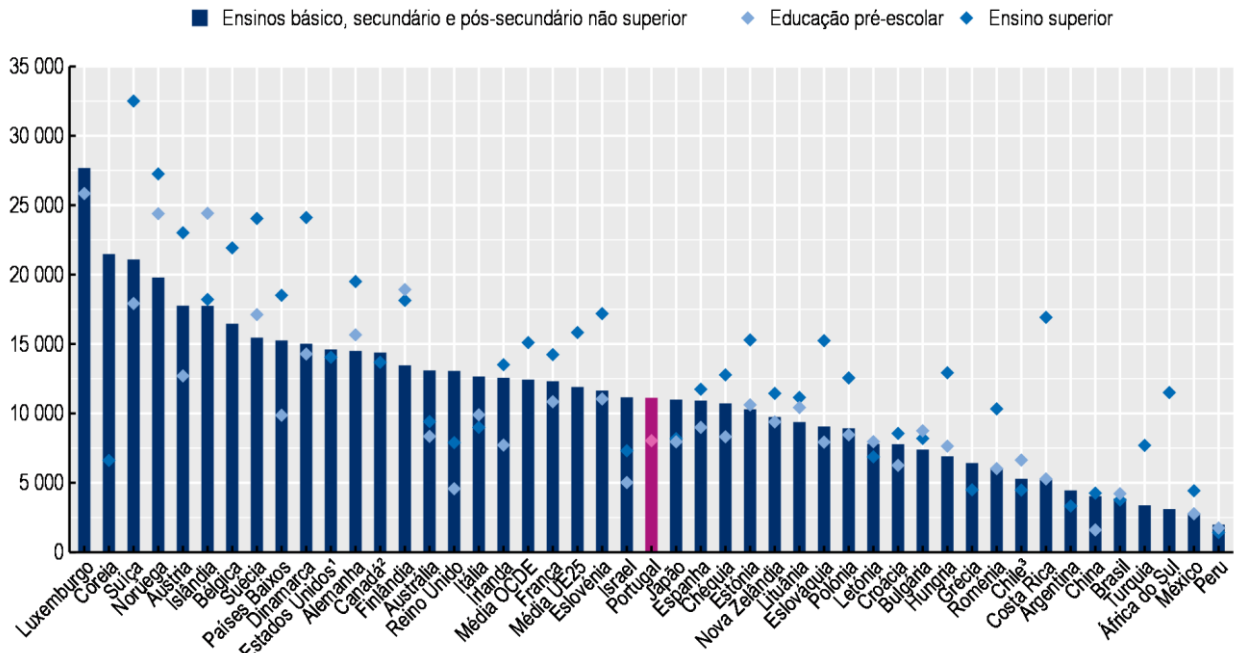
Consultar os dados: OECD (2025) *Education at a Glance 2025: OECD Indicators*, <https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en>, Tabela B4.3.

Recursos financeiros investidos na educação e formação

- Existem disparidades significativas no montante que os governos gastam anualmente em educação nos países da OCDE, parceiros e candidatos à adesão. Portugal gasta 11.124 USD por aluno do 1.º ciclo do ensino básico ao ensino pós-secundário não superior, colocando-se no meio do intervalo dos países, que varia de menos de 2.000 USD a mais de 27.000 USD (Figura 5).

Figura 5. Despesa pública por aluno equivalente a tempo inteiro, por nível de ensino (2022)

Em USD equivalentes convertidos usando PPP ("Purchasing Power Parities" - Paridades do Poder de Compra), despesa com estabelecimentos de ensino



Nota: A despesa a nível do ensino superior inclui I&D. A despesa por aluno na educação pré-escolar baseiam-se em efetivos e não em alunos equivalentes a tempo inteiro. A despesa no Ensino superior por parte do Luxemburgo (54.384 USD) não é mostrada na figura.

1. O ano de referência difere de 2022.

2. O 1.º ciclo do ensino básico inclui a educação pré-escolar.

3. Inclui pagamentos efetuados pelas famílias fora das instituições de ensino.

Consultar os dados: OECD (2025) *Education at a Glance 2025: OECD Indicators* <https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en>, Tabela C1.1 e Tabela C1.2.

- Em contraste com a maioria dos outros países, a despesa pública em Portugal é inferior no ensino superior, incluindo investigação e desenvolvimento (I&D), do que nos níveis do 1.º ciclo do ensino básico ao ensino pós-secundário não superior. A despesa pública em Portugal ascende a 8.038 USD por aluno no ensino superior, em comparação com a média OCDE de 15.102 USD.
- Uma grande parte da disparidade na despesa por aluno nos países da OCDE, parceiros e candidatos à adesão reflete diferenças nos níveis de rendimento nacional. Quando a despesa é medida como uma percentagem do PIB, as diferenças entre países tendem a ser menores, variando entre 2,5% do PIB e 6,9%. Em Portugal, o investimento em educação do 1.º ciclo do ensino básico ao ensino superior situa-se nos 4,8% do PIB, o que é semelhante, nesta medida, à média OCDE de 4,7%.
- Os governos são a principal fonte de financiamento da educação em todos os países da OCDE, especialmente para os níveis abrangidos pela escolaridade obrigatória. Em Portugal, os governos fornecem 88,3% do financiamento total para os ensinos básico, secundário, e pós-secundário não superior (antes das transferências para o setor privado), o que está abaixo da média OCDE de 90,1%. Nos níveis da educação pré-escolar e do ensino superior, o financiamento privado

desempenha frequentemente um papel maior. Em Portugal, 68,2% do financiamento da educação pré-escolar (após transferências) e 56,1% do financiamento do ensino superior (antes das transferências) provêm de fontes públicas, em comparação com as médias da OCDE de 85,6% e 71,9%, respetivamente.

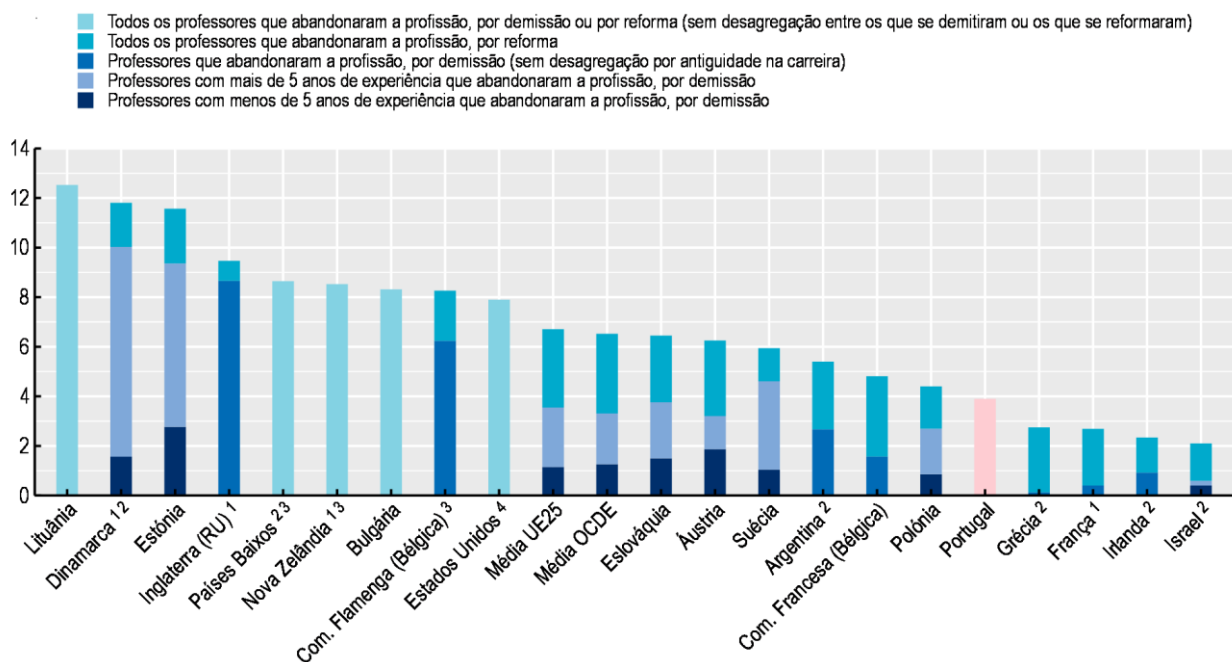
- Embora a despesa por aluno do 1.º ciclo do ensino básico ao ensino superior tenha aumentado em média nos países da OCDE entre 2015 e 2022 em termos reais (de 11.955 USD para 13.210 USD), a despesa pública com a educação diminuiu em termos relativos de 10,9% dos orçamentos públicos para 10,1%. Isto sugere que a prioridade relativa dada à educação na despesa pública global diminuiu em toda a OCDE. Em Portugal, a despesa por aluno aumentou de 10.855 USD para 11.655 USD, enquanto a parcela dedicada à educação aumentou de 9,1% dos orçamentos públicos para 9,5% durante este período.
- Ao nível da educação pré-escolar, a despesa pública em Portugal aumentou 9,3% entre 2015 e 2022. Isto acontece apesar de uma diminuição de 0,8% no número de crianças inscritas. Como resultado, a despesa governamental por criança aumentou 10,2%, em comparação com um aumento médio de 24% na OCDE, desde 2015.

Professores, ambientes de aprendizagem e organização das escolas

- Uma elevada rotatividade de professores pode exercer uma pressão adicional sobre o recrutamento, enquanto uma rotatividade muito reduzida pode limitar a renovação do corpo docente. Na maioria dos países com dados disponíveis, entre 1% e 3% dos professores reformam-se todos os anos. No entanto, a percentagem de professores que abandonam a profissão por outras razões que não a reforma varia mais amplamente, desde quase nula em alguns países até quase 10% noutros. Portugal encontra-se entre os países com uma rotatividade moderada, não estando disponível a desagregação pormenorizada entre reformas e demissões (Figura 6).

Figura 6. Percentagem de professores com habilitação profissional para a docência que abandonaram a profissão por demissão ou reforma na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário (2022/2023)

Em percentagem, a tempo inteiro e a tempo parcial, instituições públicas



1. Ano académico de 2021/22 para a Dinamarca, Inglaterra (RU), França e Nova Zelândia.

2. Apenas os 1.º e 2.º ciclos do ensino básico na Argentina. Excluindo a educação pré-escolar na Grécia e na Irlanda. Excluindo o ensino secundário na Dinamarca e em Israel. Excluindo o ensino secundário profissional nos Países Baixos.

3. Inclui professores sem habilitação profissional para a docência.

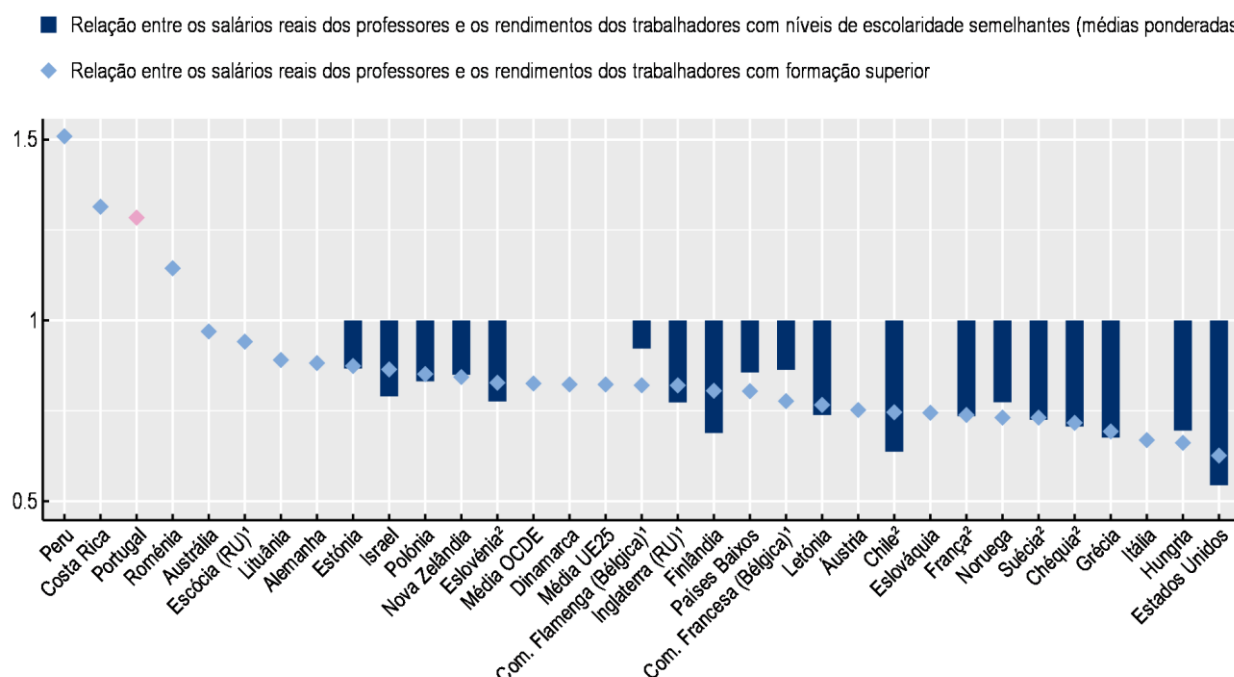
4. Inclui professores que abandonaram a profissão por terem sido nomeados para outros cargos no sector da educação.

Consultar os dados: OECD (2025) *Education at a Glance 2025: OECD Indicators*, <https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en>, Tabela D8.4.

- A existência de salários competitivos pode tornar a profissão docente mais atrativa, especialmente porque os professores em muitos países ganham menos do que outros trabalhadores com formação superior. Em Portugal, os salários efetivos dos professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico são 28% mais elevados do que os dos trabalhadores com formação superior, a tempo inteiro e durante um ano completo, em comparação com uma média mais baixa de 17% na OCDE. No entanto, o aumento dos salários dos professores pode ser financeiramente difícil, uma vez que os custos com o pessoal constituem a maior parte das despesas com a educação (Figura 7). Esta situação pode ser parcialmente explicada pelo facto de a percentagem de professores com 50 anos de idade ter aumentado significativamente em Portugal (de 31% em 2013, para 56% em 2023) e, consequentemente, uma grande parte dos professores pode estar perto do topo da sua carreira docente.

Figura 7. Salários efetivos dos professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico em relação aos rendimentos dos trabalhadores com formação superior (2024)

Rácio dos salários em relação aos rendimentos dos trabalhadores a tempo inteiro e durante um ano inteiro com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos



Nota: Os dados referem-se ao rácio dos salários médios anuais (incluindo bónus e subsídios) dos professores e diretores de escolas em instituições públicas em relação aos rendimentos dos trabalhadores com níveis de escolaridade semelhantes (média ponderada) e aos rendimentos dos trabalhadores com formação superior, a tempo inteiro e durante um ano inteiro. Os rendimentos dos trabalhadores com níveis de escolaridade semelhantes aos dos professores são ponderados pela distribuição dos professores (ou diretores de escola) por nível de qualificação (ver Quadros X2.10 e X2.11). Como os valores próximos de um podem ser difíceis de identificar na figura, por favor consulte o quadro de origem.

1. Os dados sobre os rendimentos dos trabalhadores com formação superior, a tempo inteiro e durante um ano inteiro referem-se a todo o país.

2. O ano de referência para os salários dos professores difere de 2024.

Consultar os dados: OECD (2025) *Education at a Glance 2025: OECD Indicators*, <https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en>, Tabela D3.2.

- Desde 2015, os salários médios efetivos dos professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico aumentaram 14,6%, em média, no espaço OCDE. Em Portugal, diminuíram 1,8% entre 2015 e 2024.
- A quantidade de horas de ensino obrigatório afeta os custos salariais dos professores, uma vez que influencia o número de professores necessários, em combinação com outros fatores como a dimensão das turmas e o tempo de ensino dos professores. Em Portugal, os alunos recebem 874 horas de ensino obrigatório por ano no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico e 818 horas no 3.º ciclo do ensino básico, respetivamente acima e abaixo da média OCDE de 804 horas no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico e 909 horas no 3.º ciclo do ensino básico (no conjunto do ensino básico, o número de horas de ensino obrigatório em Portugal é ligeiramente inferior à média OCDE).
- As férias escolares no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico duram 15,4 semanas por ano em Portugal (considerando todas as pausas combinadas), em comparação com 13,4 semanas na OCDE.
- Em Portugal, 38% do tempo de ensino no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico é consagrado à matemática e à leitura, escrita e literatura, baixando para 27% no 3.º ciclo do ensino básico. Em comparação, a média OCDE do tempo dedicado a estas disciplinas fundamentais é de 41% do tempo de ensino no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico e 27% no 3.º ciclo do ensino básico.

- Em toda a OCDE, a dimensão média das turmas no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico não se alterou desde 2013, sendo de 20,6 alunos. Em Portugal, a dimensão média das turmas no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico em 2023 era de 20,4 alunos, uma diminuição de 0,6 desde 2013.
- A nível do ensino superior, o rácio médio aluno/docente varia consoante as instituições. Em muitos países, as instituições com uma forte orientação para a investigação, definidas como as que têm mais de três doutorados por cada 100 diplomados, tendem a ter rácios de estudantes por pessoal académico mais baixos do que as que têm uma percentagem menor de doutorados. Este não é o caso de Portugal, onde as instituições com uma maior orientação para a investigação têm uma média de 11 estudantes por membro do corpo docente, em comparação com 10 estudantes por membro do corpo docente nas instituições com uma percentagem menor de doutorados.
- Os países utilizam uma série de sistemas de admissão às instituições de ensino superior público. Estes variam quanto ao facto de a admissão ser aberta ou seletiva e de as candidaturas serem apresentadas diretamente às instituições ou a um organismo central. Em Portugal, o acesso é seletivo. Os candidatos apresentam as suas candidaturas a um organismo central ou diretamente às instituições, dependendo do programa.
- Na maioria dos países, os salários do pessoal académico variam significativamente em função da antiguidade. O pessoal em posições académicas iniciais auferе salários frequentemente mais reduzidos que o salário médio dos trabalhadores com formação superior, a tempo inteiro, durante todo o ano; enquanto o pessoal em posições superiores - como os professores catedráticos – auferе salários em geral muito superiores a esta média. Em Portugal, o pessoal académico em posições iniciais da carreira auferе 82% mais do que os trabalhadores com pelo menos um diploma de licenciatura ou equivalente, enquanto o pessoal académico em posições mais próximas do topo da carreira auferе 169% mais.

Para mais informações:

Para mais informações acerca do *Education at a Glance 2025* e para aceder à totalidade do conjunto de indicadores, ver: <https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en>.

Para mais informações acerca da metodologia utilizada durante a recolha de dados para cada indicador, das referências para as fontes e das notas específicas para cada país, ver *Education at a Glance 2025: Sources, Methodologies and Technical Notes*, <https://doi.org/10.1787/fcfaf2d1-en>.

Para informações gerais sobre a metodologia, por favor consulte o *OECD Handbook for Internationally Comparative Education Statistics 2018*, <https://doi.org/10.1787/9789264304444-en>.

Os dados mais atualizados podem ser encontrados online em <http://data-explorer.oecd.org/> e seguindo os StatLinks na publicação.

Explore, compare e visualize mais dados e análises através da utilização do *Education GPS*: <https://gpseducation.oecd.org/>.

Questões adicionais podem ser dirigidas à equipa do *Education at a Glance* no Diretorado para a Educação e Competências da OCDE: EDU.EAG@oecd.org.

Este trabalho é publicado sob a responsabilidade do Secretário-Geral da OCDE. As opiniões expressas e os argumentos aqui utilizados não refletem necessariamente a posição oficial dos países membros da OCDE.

Este documento, bem como quaisquer dados e mapas nele incluídos, não prejudicam o estatuto ou a soberania de qualquer território, a delimitação de fronteiras e limites internacionais e o nome de qualquer território, cidade ou área.

Os dados estatísticos relativos a Israel são fornecidos pelas autoridades israelitas competentes e sob a sua responsabilidade. A utilização desses dados pela OCDE não prejudica o estatuto dos Montes Golã, de Jerusalém Oriental e dos colonatos israelitas na Cisjordânia nos termos do direito internacional.



Attribution 4.0 International (CC BY 4.0)

Esta obra é disponibilizada ao abrigo da licença *Creative Commons Attribution 4.0 International*. Ao utilizar esta obra, o utilizador aceita ficar vinculado aos termos desta licença <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Atribuição – é necessário citar a obra.

Traduções – deve citar o trabalho original, identificar as alterações ao original e acrescentar o texto seguinte: ***Em caso de discrepância entre a obra original e a tradução, apenas o texto da obra original deve ser considerado válido***².

Adaptações – deve citar a obra original e acrescentar o seguinte texto: *Esta é uma adaptação de uma obra original da OCDE. As opiniões expressas e os argumentos utilizados nesta adaptação não devem ser considerados como representando a posição oficial da OCDE ou dos seus países membros.*

Conteúdos de terceiros – a licença não se aplica a conteúdos de terceiros contidos na obra. Se utilizar esse material, o utilizador é responsável por obter autorização da entidade terceira e por quaisquer reclamações de infração.

O utilizador não deve utilizar o logótipo da OCDE, a identidade visual ou a imagem da capa sem autorização expressa, nem sugerir que a OCDE apoia a utilização da obra.

Qualquer litígio decorrente da presente licença será resolvido por arbitragem de acordo com as Regras de Arbitragem do Tribunal Permanente de Arbitragem (PCA) de 2012. A sede da arbitragem será em Paris (França). O número de árbitros será de um.

² N.T.: O preceito “Em caso de discrepância entre a obra original e a tradução, apenas o texto da obra original [em língua inglesa, da autoria da OCDE] deve ser considerado válido” aplica-se também à presente adaptação “EAG 2025 – Country Note – Portugal” para língua portuguesa (**bold** nosso).